

ESTADO, POLÍTICAS SOCIAIS E EDUCAÇÃO NA VENEZUELA BOLIVARIANA: NOTAS PARA UM DEBATE DA POLÍTICA EDUCACIONAL VENEZUELANA¹

STATE, SOCIAL POLICIES AND EDUCATION IN BOLIVARIAN VENEZUELA: NOTES FOR A DISCUSSION
ABOUT VENEZUELAN EDUCATIONAL POLICY

Débora Villetti Zuck²
Francis Mary Guimarães Nogueira³

Resumo

Neste estudo, propomo-nos, de forma central, compreender os contornos da política educacional venezuelana, bem como procuramos, de forma específica, situar a influência do neoliberalismo na educação da Venezuela e a emergência de um novo projeto educativo no contexto societário dos governos Chávez. Para tanto, utilizamos a pesquisa documental, a revisão de literatura e a observação *in loco*. Partimos de uma abordagem crítica para estabelecer relações necessárias à explicação do objeto investigado. Entendemos que a política educacional de um país não está descolada das relações sociais vigentes. As reformas neoliberais que incidiram diretamente sobre essa base, de forma mediada, produziram efeitos na educação da população venezuelana, no que toca ao acesso, à permanência, ao financiamento, entre outros aspectos, que sinalizavam o desmantelamento do ensino público do referido país. A apreensão do movimento contraditório do real revela que os efeitos não petrificados desse processo têm sido revertidos no marco do projeto bolivariano com políticas, programas, projetos e ações que procuram alterar as condições da população historicamente excluída dos bens sociais, caso da educação, visando a uma política educacional igualitária, daí nosso interesse de estudo.

Palavras-chave: Políticas educacionais. Venezuela. Neoliberalismo. Educação bolivariana.

Abstract

This study aims at contextualizing the Venezuelan educational policy, as well as situating the influence of neoliberalism on education in Venezuela and the emergence of a new educational project in Chavez governments' context. Documentary research, literature review and on-site observation were used. The study started from a critical approach to establish the necessary relations to explain the investigated object. The educational policy of a country is not detached from current social relations. The neoliberal reforms which have directly focused on that basis through mediation produced effects in education of Venezuelan people with regard to access, retention, funding – among other aspects – that signaled the dismantling of public education in that country. The contradictory movement observed in reality shows that the real effects of this process have been reversed in framework of Bolivarian project with policies, programs, projects and actions that seek to modify the conditions of historically excluded people from social benefits, such as education, for an egalitarian educational policy, which justifies this study.

Keywords: Educational policies. Venezuela. Neoliberalism. Bolivarian Education.

INTRODUÇÃO

Neste trabalho, objetivamos, de forma central, compreender os contornos da política educacional venezuelana, bem como procuramos,

de forma específica, situar a influência do neoliberalismo na educação venezuelana e, em seu contraponto, a emergência de um novo projeto educativo no contexto do projeto societário dos governos Chávez.

¹ Este artigo é parte dos resultados da pesquisa desenvolvida no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação – nível de Mestrado/PPGE, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), *campus* de Cascavel. A investigação contou com bolsa da Demanda Social da CAPES.

² Mestre em Educação. Professora da rede pública municipal de ensino de Cascavel. Integrante do Grupo de Pesquisa em Políticas Sociais (GPPS). Endereço: São João do Oeste, Cascavel, PR, CEP: 85823-000. Contato: debi_vz@hotmail.com

³ Pós-doutorado pelo *Centro de Estudios del Desarrollo* (CENDES), da Universidade Central de Venezuela (UCV).

Utilizamos aqui a pesquisa documental, a revisão de literatura de autores que analisam o processo venezuelano e a observação *in loco*. Sabemos que a investigação, produção e difusão de conhecimento científico é um elemento fundamental para apreender a realidade social e transformá-la, o que não dispensa o compromisso do investigador e o rigor teórico-metodológico.

Sinalizamos que este é um momento importante de aproximação dessa minúscula parte do real, em que se processam mudanças políticas, econômicas e sociais no referido país. Mudanças resultantes, em grande parte, das reformas neoliberais enfatizadas na economia e nas políticas sociais e postas em prática nos países latino-americanos desde os anos 1980. Tais reformas produziram o empobrecimento da população e o aumento das desigualdades sociais com o processo de transferência da riqueza dos países dependentes para os de capitalismo avançado. Mas também, contraditoriamente, fizeram emergir movimentos contestatórios que buscam evidenciar as mazelas que essa transferência provoca, questionando a exploração imperialista e a dinâmica de acumulação capitalista, que ao longo da história, expropriou os povos dessas latitudes. Como enfrentamento a essa situação, emerge um nacionalismo popular, que busca articular e integrar, em diversos âmbitos, a América Latina (RIZZOTTO, 2007). A educação é parte das relações estabelecidas na sociedade e, como tal, expressa o movimento contraditório do real, os embates e projetos em confronto que aí são forçados.

Neste trabalho, inicialmente, tratamos da penetração do neoliberalismo na educação venezuelana, o processo de desmantelamento da educação pela reforma educativa e, em seu contraponto, situamos a elaboração de outro projeto educativo, vinculado ao novo projeto societário que se descortina. No decorrer do texto, abordamos a relação entre Estado, políticas sociais e educação na Venezuela bolivariana, sinalizando o resgate da educação como um bem público e a busca por uma política educacional igualitária, no atual contexto.

A RELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO, POLÍTICAS SOCIAIS E ESTADO: DA INFLUÊNCIA DO NEOLIBERALISMO À EMERGÊNCIA DE UM NOVO PROJETO EDUCATIVO NA VENEZUELA

Entendemos que, desde 1999, a Venezuela passa por um processo de transição – que, para Araque e Rojas (2007) e Giordani (2009), é resultado de uma crise do regime político da IV República⁴, representativo e clientelista, para a V República, em desenvolvimento, iniciada com a Constituição de 1999, orientada para a criação e o fortalecimento de uma democracia sustentada pela participação e pelo protagonismo do povo – e, em sua fase atual, após 2005, direciona-se para a construção do socialismo. Salientamos que esse é um processo recente e só o movimento histórico concreto da luta de classes determinará seu alcance ou não.

Dessa forma, para ajudar a compreender os contornos da política educacional no atual projeto venezuelano rumo ao Socialismo do Século XXI⁵, é preciso iniciar o estudo, caracterizando a educação na sociedade venezuelana antes dos governos Chávez, uma vez que ela é parte das relações sociais e está imbricada também a determinado entendimento de Estado e do trato com as políticas sociais. Dessa forma, faremos, ao longo do texto, um percurso acerca desses conceitos, necessários para a compreensão proposta neste estudo.

Conforme Ratjes (2009, p. 9-10), “La escuela ha sido la organización, institución, el medio, instrumento, dispositivo o mecanismo que ha creado la sociedad para cumplir sus fines educativos”, é a “institución del Estado

⁴ A I República seria entre 1810 e 1812, a II de 1813 a 1814 (ou *Guerra a Muerte*), a III entre 1817 e 1819, a IV de 1830 a 1998 e a V República a partir de 1999. No período de 1958 a 1998 prevalece o *Pacto del Punto Fijo*, que apoiava a distribuição das rendas do petróleo internacional por meio do sistema de clientelismo (HELLINGER apud RIZZOTTO, 2007), realizado entre os partidos social-democrata Ação Democrática e o social-cristão Comitê de Organização Política Eleitoral Independente (COPEI).

⁵ Denominação utilizada, desde 2005, para designar o processo em curso na Venezuela e o distinguir dos outros processos socialistas/ou que objetivem ser que se desenvolvem no século XXI. Abrange um terreno de amplo debate, polêmica e controvérsia, tanto pela definição (que abrange distintas e contraditórias correntes de pensamento) quanto pela via adotada no processo revolucionário (dita pacífica e a qual cabem considerações e ampla literatura que se ateve ao tema).

venezolano regida por una normativa que establece sus finalidades en la sociedad”, na qual “se concreta, materializa y desarrolla el proceso de enseñanza y aprendizaje estructurado a partir de un currículo que la regula” (RATJES, 2009, p. 14). Também para Jáuregui (2006, p. 12), “la institución escolar lo que educa es la instrucción socialmente acordada en el currículo formal por intermedio de las razones de Estado”, como uma das expressões da educação, propiciada pela relação ensino-aprendizagem formalizada na escola. Logo,

Na sociedad venezolana la dinámica curricular se ha estructurado a partir de la construcción y creación de planes de estudio que han respondido a los fines supremos del Estado [...] la orientación principal de los gobiernos de la democracia ha sido la legitimación del régimen a través del desarrollo del concepto de educación de masas, de igualdad de oportunidades y de desarrollo del Estado docente como ejes articuladores de la política educativa. Esta realidad ha permitido el desarrollo de un currículo consubstanciado con los valores de la sociedad occidental, centrado en el desarrollo de la democracia como régimen político y el capitalismo como régimen económico y social. (JÁUREGUI, 1999 apud RATJES, 2009, p. 113-114).

Vale destacar, da passagem acima, a relação da educação escolar venezuelana – mas não apenas esta: a educação escolar também em outros momentos históricos e em outros países como expressão do poder do Estado – com as finalidades do Estado, tal como a legitimação do regime. Isso ocorre porque o Estado não é neutro e sim uma relação social, de natureza contraditória, uma relação que expressa a disputa e o poder entre as classes (e frações de classe). Os fragmentos acima tratam a educação como reprodutora das relações estabelecidas na sociedade, em um contexto determinado, e não indicam contradições ou problematizações quanto à busca por romper com a relação de causa-efeito no campo educacional.

Recuperando o fragmento de Ratjes (2009), citado anteriormente, que, tratando de educação formal venezuelana, discorre que a escola é a instituição do Estado regida por normas que

estabelecem suas finalidades na sociedade, percebe-se que, nas últimas décadas do século XX, o Estado venezuelano foi reduzindo progressivamente suas responsabilidades em relação à educação. Esta, todavia, não é uma peculiaridade do caso venezuelano, mas um resultado da Reforma Educativa, levada a cabo nas décadas de 1980 e 1990 – de forma indistinta em vários países da América Latina – como parte da chamada Reforma do Estado (GAJARDO, 2000; OSZLAK, 1999). De certo modo, foi uma estratégia para construir a viabilidade do projeto de privatização do ensino e descentralização, seguindo a “onda” neoliberal⁶, o que acabou por favorecer a exclusão dos estudantes oriundos dos setores mais pobres (VENEZUELA, 2005).

As reformas neoliberais não se desenvolveram de forma linear, produzindo resultados idênticos nos diferentes países da América Latina, mas um dos aspectos em comum nas reformas educacionais dos países periféricos foi a presença das recomendações de organismos internacionais. Isso porque a origem da Reforma Educativa na América Latina tem sua raiz nos empréstimos de ajustes estruturais e setoriais do Banco Mundial, assim promovendo a reestruturação no caráter produtivo das nações, que culmina com o Consenso de Washington, receituário orientado para a América Latina, e os Acordos de Jomtien⁷, ao estabelecerem diretrizes aos países periféricos em uma concepção de educação como variável de desenvolvimento (GAJARDO, 2000; CEPAL, 2000). O argumento central em relação ao problema do sistema educativo na região estaria na forma de gestão: os sistemas seriam ineficientes, por isso a ideia era descentralizar, de modo a transferir funções, custos, avaliar os resultados, viabilizados pela

⁶ De acordo com Sodré (1997), o conjunto de medidas se consubstanciou no que ficou conhecido e imposto como “neoliberalismo”, que não é algo novo como se sugere. No discurso neoliberal, o Estado precisava se afastar das relações econômicas, pois o mercado é que deveria ser o regulador. Dessa forma, promoveu a liberalização dos mercados nacionais e financiou operações de privatização. Entendemos que o neoliberalismo é compatível com a democracia burguesa, pois é a mesma que vigora no liberalismo; portanto, o Estado apenas aparentemente se afasta da economia, uma vez que continua sendo de classe.

⁷ A Conferência Mundial sobre Educação para Todos, de 1990, enfatizava “[...] a centralidade da educação para o desenvolvimento econômico e social, a abertura das escolas para a sociedade e a participação dos mais diversos atores sociais no desenho e execução de políticas e programas de reforma” (GAJARDO, 2000, p. 7).

política de qualidade, para ver os “ganhos educativos”; assim, a eficiência e a eficácia do sistema melhorariam por meio de reformas institucionais, sem aumento de financiamento.

Gajardo (2000), ao realizar o balanço de uma década das reformas educativas na América Latina, evidencia as diretrizes presentes nas reformas de quase todos os países latino-americanos: a qualidade, a eficiência e a equidade. E salienta que

Os países da região estão integrando-se gradualmente a uma nova ordem econômica mundial [...] a redefinição das funções do Estado, abrindo caminho à aplicação de estilos descentralizados de gestão, ao consenso em torno dos esforços sociais e à promoção de uma maior participação de outros atores nos esforços pelo desenvolvimento nacional. [...] implica necessariamente a geração de capacidades e competências indispensáveis à competitividade internacional, o aumento do potencial científico-tecnológico da região, bem como o desenvolvimento de estratégias que propiciem a formação de uma moderna cidadania vinculada à competitividade dos países, à democracia e à equidade. (GAJARDO, 2000, p. 4).

O que está sendo enfatizado é o papel da educação como motor de desenvolvimento social e sua relação com a esfera econômica. Conforme Saes (2005), é importante notar que

[...] na era das políticas estatais de orientação neoliberal, o argumento de que a educação escolar é essencial para o desenvolvimento da sociedade tende a ser acionado, de modo particularmente intenso, para explicar os fracassos registrados noutros domínios da política estatal. (SAES, 2005, p. 29).

Essa conotação ganha eco a partir de recomendações, em nível internacional e regional, de diversos organismos, tais como: a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, bem como em documentos da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). Tais orientações também penetraram na educação venezuelana. De acordo com Núñez (2005 apud

MUÑOZ; MORALES; DÍAZ, 2007), dentro do processo de Reforma do Estado venezuelano, iniciado em 1989, estaria a Reforma Educativa, estabelecendo a necessidade de reformular a política educacional nacional, com vistas a adequar os conteúdos curriculares, caracterizando-os como abertos e flexíveis. Trata-se de uma reestruturação educativa acadêmico-pedagógica para adequá-la às exigências dos setores estratégicos do país, de acordo com as mudanças mundiais. Os objetivos da Reforma Educacional estão delineados no marco da Comissão Presidencial para a Reforma do Estado (COPRE, 1992 apud BONILLA-MOLINA, 2004).

Conforme Casanova (2008), entre o final dos anos 1950 e 1970, a Venezuela viveu um período de expansão fácil da educação, resultante dos altos lucros da extração do petróleo, revertida em políticas sociais, como a educação pública. Tal expansão era uma necessidade decorrente do processo de urbanização e formação da massa de trabalhadores oriundos das zonas rurais e imigrantes que povoavam as cidades. No final da década de 1970, no entanto, com a crise da dívida externa, recessão econômica e novas políticas de desenvolvimento com a adoção do Consenso de Washington, ocorre a perda de impulso original, intelectual e político do esforço educativo, o que se intensifica, sobretudo, nos anos 1980 e 1990.

Nesse contexto determinado é que se vislumbra a influência do neoliberalismo na educação. A política educacional não está descolada das relações sociais vigentes e as reformas neoliberais que incidiram diretamente sobre essa base, de forma mediada, produziram efeitos no trato da educação escolar da população venezuelana (WILHELM, 2010). No auge das reformas neoliberais, Casanova (2008) aponta que houve crescimento demográfico e revelou-se a incapacidade do Estado em incorporar à escola a população em idade escolar, devido a problemas de infraestrutura e à disparidade na distribuição dos serviços educacionais públicos – marcados por segmentações organizacionais: diferenciações nas ofertas, nas escolaridades, nos desempenhos e resultados educativos e desequilíbrios na distribuição territorial dos serviços, afetando, principalmente, a população fronteiriça, indígena e rural, que apresenta índices mais altos de pobreza – gerando, com isso, a desigualdade educativa:

[...] la expansión de los servicios de la enseñanza básica para cumplir con las decisiones de la obligatoriedad al mismo tiempo que con la dinámica demográfica que implicaba nuevas infraestructuras, equipamientos y trabajadores educativos, estará supeditada a la idea de que tal expansión era posible simplemente introduciendo cambios administrativos en la gestión de los servicios, invocando para ello estrategias de descentralización. En los hechos, lo que ocurrirá con estas estrategias será una transferencia de costos y responsabilidades a administraciones locales, a proveedores de un mercado escolar y a las familias mismas, generándose lógicas múltiples de fragmentación de la organización escolar. (CASANOVA, 2008, p. 16).

Entre os pontos da agenda reformista na educação, Casanova (2005, p. 5 apud WILHELM, 2010, p. 139) destaca “[...] la retracción política y presupuestaria federal, el ideal de la cultura empresarial en la administración pública y la gestión privada de las escuelas”. Estavam postos o controle e a minimização dos gastos públicos, deixando a cargo da sociedade a captação de outras fontes financeiras, o que levou à deterioração das escolas públicas – que passaram, inclusive, a cobrar matrícula – e, por outro lado, corroborou para fortalecer o novo mercado, ou seja, a rede privada de ensino, com destaque para a de caráter confessional, que, segundo Albornoz (apud RATJES, 2009, p. 34), “intenta jugar un rol de sustituto del Estado en materia educativa. [...] la iglesia se convirtió en una entusiasta defensora de la descentralización como un mecanismo para capturar aparato escolar venezolano y defender los intereses de la elite venezolana”.

Dessa forma, sobre o desmantelamento do ensino público,

[...] cuando la desinversión es prolongada, como en el caso venezolano, como se sabe produce daños irreversibles en las cohortes que la viven, pues la no reposición de equipamientos, el deterioro de infraestructuras, por ejemplo, hacen muy deficitarias sus escolaridades, o, sencillamente, provocan retrocesos en la cobertura. (CASANOVA, 2005, p. 6 apud WILHELM, 2010, p. 139).

Inscritos nesse contexto, conforme Ratjes (2009), os governos de Carlos Andrés Pérez (1989-1993)⁸ e Rafael Caldera (1993-1998), com a adoção e execução de pacotes de ajustes estruturais nesse período, formularam políticas educativas influenciados por um pensamento totalmente contrário aos interesses da maioria da população. Para Martínez (2001 apud MUÑOZ; MORALES; DÍAZ, 2007), durante o período do governo Pérez, prioriza-se a função normativa da educação, em detrimento da formativa; além disso, os recursos destinados e os funcionários não corresponderam ao incremento substancial de matrícula.

Na tentativa de reverter esse processo, os governos Chávez, a partir de 1999, têm desenvolvido ações com o objetivo de resgatar o caráter público da educação, ampliando a cobertura educacional e incorporando os excluídos do acesso a esse bem social. Esses objetivos têm sido alcançados pela implementação de políticas de grande impacto social, que se propõem como contraponto frontal à política de cunho neoliberal.

O ponto de partida da mudança é a nova Carta magna. Esta, de acordo com Maingon (2000), representou o primeiro grande esforço para dotar o Estado de um marco estratégico que possibilitaria sua intervenção na resolução dos problemas sociais. Conforme a autora, a concepção de política social da Constituição de 1999 está exposta por meio dos direitos sociais, definidos como direitos de caráter indiscutível e de aplicação imediata e universal, a saber: a saúde, a educação, a habitação, a seguridade social e o trabalho (MAINGON, 2000). São direitos que, além de outros (tais como: a seguridade alimentar, a defesa, os direitos ambientais, indígenas), devem ser garantidos pelo Estado (BRICEÑO, 2000).

A Constituição venezuelana revela o formato jurídico-político do Estado, indicando uma

⁸ Eleito sob o discurso de retorno aos tempos de bonança petroleira, logo após assumir o cargo, contradição o discurso que o elegeu, anunciou a negociação do primeiro acordo do país com o FMI, optando por *El Paquete*, como ficaram conhecidas popularmente as reformas que o governo procurou realizar (BARROS, 2007a). As reformas incluíam o fim de vários subsídios, aumento dos tributos e das tarifas públicas, a liberalização das taxas de juros, flexibilização do câmbio, abertura comercial e privatizações (ELLNER, 2003; ROBERTS, 2003; BUXTON, 2003). Expressava grande sintonia com as medidas do neoliberalismo. Seu desfecho revelou-se, no entanto, distinto, pela rebelião popular.

reorientação e a definição de que a Venezuela se constitui, de acordo com o artigo 2º, “[...] un Estado democrático y social de Derecho y de Justicia” (VENEZUELA, 2000, p. 9). Essa nova acepção de Estado teve desdobramentos políticos, econômicos, culturais e educacionais, na medida em que seria preciso dar respostas efetivas, como a problemática educativa de exclusão da população pobre e marginalizada, que se arrastava historicamente e se aprofunda na década de 1990 com as políticas neoliberais. Ainda que, conforme Casanova (2008), o país tenha vivido um período de expansão da educação entre o final de 1950 e 1970, esse processo perdeu seu impulso e não foi possível incorporar a população em idade escolar a partir dos anos 1980, como visto anteriormente:

A maior dívida que obteve o país petrolífero não foi com o Fundo Monetário Internacional, nem com o Banco Mundial, nem com outros governos do mundo; foi com seu próprio povo, o sumindo [sic] na ignorância como uma vítima da negligência e o egoísmo do saber (VENEZUELA, 2005, p. 6).

Dentre as características da educação na década de 1990 do sistema educativo venezuelano, estavam os seguintes problemas: “[...] deficientes índices de cobertura y baja calidad, falta de capacidad física instalada para atender la demanda requerida; deterioro acusado de la infraestructura escolar; deficiencia de dotación, carencia de textos y útiles escolares”. Os diagnósticos evidenciavam a carência de um enfoque sistêmico, que considerasse múltiplas variáveis e propiciasse o desenvolvimento integral da educação, com práticas de políticas e estratégias adequadas às necessidades da realidade social (VENEZUELA, 2006a, p. 7).

Para que se conseguisse chegar à refundação da República⁹, definida constitucionalmente e almejada pelo governo Chávez, seria necessário

destruir a concepção de política social impregnada do neoliberalismo e construir uma nova, que rompesse com o sistema instituído e edificasse as bases para o novo Estado. As noções que sustentam as diretrizes das políticas sociais dos governos Chávez estão expressas, inicialmente, na proposta de equilíbrio social do Plano de Desenvolvimento Econômico e Social da Nação (PDES), para o período 2001-2007.

A partir da crítica às políticas focalizadas e compensatórias do projeto neoliberal, o governo propõe, via Plano de Equidade Social, a defesa da universalização com equidade: “expresión superior de justicia que garantiza a todos y todas el ejercicio de derechos, dando a cada cual según su necesidad e pidiendo de cada cual según su capacidad”, para fortalecer o público como espaço de “apropiación por, del y para el interes colectivo” e instrumento de poder cidadão, na formulação, execução e avaliação das decisões públicas.

O alcance da equidade social, traduzida em estratégias para superar as iniquidades, dar-se-ia pela: universalização dos direitos com garantia de equidade; redução das brechas em relação à riqueza, renda e qualidade de vida; e pela apropriação do público como espaço de interesse coletivo e de construção de cidadania (VENEZUELA, 2001). Particularmente no que toca à política educacional, para concretizar o “Estado de direito, justiça, equidade e de acesso real aos direitos dos mais desfavorecidos”, o governo bolivariano pressupõe que seja necessária uma educação conscientizadora da população excluída e implanta a educação bolivariana, opondo-se à neocolonização, ao transplante de culturas, à alienação, às elites e à exclusão, pois entende que o sistema educacional da Venezuela transita na direção indispensável à construção de uma nova sociedade, quicá diferente da burguesa (VENEZUELA, 2005, p. 7). Trata-se, conforme Solís (2005), de uma educação que resgata, revaloriza e atualiza o ideário político-educacional dos *Simones* caraquenhos (Rodríguez e Bolívar), retomando a mensagem republicana, democrática, autógena, criativa e integracionista.

Dessa forma, desde 1999, foram processadas revisões na política educacional venezuelana, no marco da constituinte educativa, com proposições para a elaboração da nova Constituição. Essas revisões avaliaram o impacto e o alcance da reforma curricular de 1997, concluindo que a educação venezuelana estaria fortalecendo o

⁹ Com a refundação, passa a se chamar República Bolivariana de Venezuela, em alusão a Simón Bolívar, e incorpora, conforme o artigo 70, novos mecanismos de participação, tais como: referendo popular (consultivo, revogatório ou aprobatorio), consultas populares e outras formas de autogestão, cogestão e cooperativas (VENEZUELA, 2000). Também há outros poderes instituídos, independentes: o Poder Cidadão, exercido pelo Conselho Moral Republicano (Defensor do Povo, Fiscal Geral e Controlador Geral da República) e o Poder Eleitoral (Conselho Nacional Eleitoral) (VENEZUELA, 2010).

individualismo, a intolerância, o consumismo e a competição, próprios do capitalismo. A visão de uma “educação bolivariana” seria delineada nesse processo e contemplada, posteriormente, em um projeto educativo nacional.

No marco dos princípios constitucionais para a educação, aprovada a Carta magna, e do PDES, o Estado venezuelano propôs e implementou políticas educacionais, planos, programas e projetos¹⁰ para dar respostas ao novo modelo político e social do país, para assegurar a inclusão, a permanência e a conclusão dos estudos em todos os níveis educativos, “[...] lo cual ha implicado transitar hacia una educación emancipadora y dignificante” (VENEZUELA, 2007a, p. 34). Para alcançar esses propósitos, as estratégias utilizadas foram os projetos-bandeira, desenvolvidos em escolas-piloto.

Duas resoluções de setembro de 1999 iniciariam o desenvolvimento dessas estratégias, com caráter experimental durante um período de três anos e avaliação permanente que orientaria a decisão sobre a expansão e o desenvolvimento do programa, que ocorria em paralelo ao sistema escolar que já existia naquele país, desde a Lei Orgânica de 1980. A Resolução nº 179 cria as Escolas Bolivarianas para atender a população estudantil dos níveis de pré-escola, primeira e segunda etapa da educação básica, sendo também utilizadas como centros de formação de adultos (JÁUREGUI, 2006). Além disso, a Resolução nº 177 institui a Escola Técnica Robinsoniana, com enfoque na educação para o trabalho. Em 2003, essas escolas seriam incorporadas ao novo mapa estratégico da educação bolivariana, na sua estruturação e implementação, chamada nos documentos oficiais de Sistema Educativo Bolivariano, composto dos seguintes níveis: *Proyecto Simoncito* (Educação Infantil em tempo integral, maternal de 0-3 anos e pré-escolar de 3-6 anos), *Escuela Bolivariana* (Educação Básica, educação em tempo integral da criança de 7-12 anos, correspondente ao 1º a 6º grau), *Liceo*

Bolivariano (Ensino Médio, diversificado ou profissional, educação em tempo integral a adolescentes e jovens dos 13-18 anos), *Educación Técnica Robinsoniana y Zamorana* (Ensino Técnico, ensino médio profissional¹¹), *Universidad Bolivariana de Venezuela* (UBV, Ensino Superior) e *Sistema Nacional Inclusivo de Misiones*¹²: *Robinson* (I Alfabetização, II Educação primária e promoção da leitura e III Capacitação de ofícios – para os que não querem avançar para outros níveis), *Ribas* (Continuidade da escolaridade e o ensino profissional, destinado aos aspirantes à graduação) e *Sucre* (Ensino Superior) (VENEZUELA, 2005, 2007b).

Esse sistema, cujo germe está localizado temporalmente em 1999, procurou corrigir as distorções e a exclusão de todos os que estão à margem do sistema educacional na Venezuela. Com todo o cenário de marginalização da população com empregos informais e desempregados, a orientação constitucional supracitada permitiu aos governos Chávez propor e implementar, a partir de 2003 – após o desfecho ocorrido entre 2002 e 2003, que foi o golpe de Estado e a greve-sabotagem petroleira dos empresários – programas de grande impacto social, no intuito de deixar no passado a enorme dívida social com o povo venezuelano, que esteve à margem dos bens sociais:

Diferentemente do golpe de Estado, a greve petroleira produziu um resultado político mais claro na luta hegemônica a favor das forças do governo [...] Ao resgatar sua capacidade de controle sobre a indústria petroleira, o Estado pôde converter essa capacidade de controle em instrumento central de políticas econômicas e sociais orientadas pelo projeto de governo. (MAYA, 2005, p. 274 apud NOGUEIRA, RIZZOTTO, 2009, p. 112).

Dessa forma, na área social, implementou-se uma série de políticas sociais de caráter massivo, denominadas Missões Sociais, financiadas com

¹⁰ Dentre tais políticas, têm-se: o Programa de Alimentação escolar, o desenvolvimento de Projetos de Aprendizagem nas Escolas Bolivarianas, de Projetos Produtivos nas Escolas Técnicas Robinsonianas, de Projetos Educativos Integrales Comunitários, a realização de Seminários de Desenvolvimento Endógeno nos Liceus, Plano Integral, entre outros. Também seria criado, paulatinamente, um total de 28 Missões Sociais, para atender problemáticas sociais, tais como: saúde, alimentação, habitação, questões culturais e indígenas.

¹¹ O Liceu dura 5 anos – título em nível secundário em Ciências Naturais ou Sociais. Na Escola Técnica Robinsoniana e Zamorana, o estudo é de 6 anos – título de Técnico Médio (VENEZUELA, 2007c).

¹² As Missões Educativas são meios para garantir a universalização da educação e atendem os jovens e adultos que estão fora da faixa etária, na relação entre idade e série do nível de ensino.

recursos vindos diretamente da companhia estatal Petróleos da Venezuela S. A. (PDVSA). E dentre as ações voltadas para a consecução do Projeto Revolucionário Bolivariano, propôs-se, também, o Projeto Bolivariano de Educação (PBE) e instituiu-se o novo mapa estratégico da educação bolivariana.

A educação bolivariana, definida como “un proceso político y socializador que se genera de las relaciones entre escuela, familia y comunidad”, é, no processo revolucionário, o sistema que, ao mesmo tempo, resolve, por meio das missões, a dívida social gerada pelo sistema de exclusão e cria o modelo de equilíbrio social, que atende integralmente a educação do ser social desde a gestação, com um contínuo de programas-bandeira (VENEZUELA, 2007c, p. 15).

Conforme Mundó (2000), a Constituição de 1999, no artigo 103, estabelece que a educação seria obrigatória em todos os seus níveis, desde o maternal até o médio diversificado. O Estado venezuelano se compromete para que a educação seja ofertada de maneira integral. Esse integral, de acordo com o autor, significa a incorporação da atenção nutricional, assistencial, da saúde, da formação esportiva e cultural, recreação, de apoio às atividades escolares, apoio legal, entre outros. A Constituição de 1961 não especificava esse aspecto, mas a Lei Orgânica de Educação de 1980, em seu artigo 9º, afirmava que a educação seria obrigatória em todos os níveis de educação pré-escolar e educação básica.

Cabe mencionar que, nesse novo sistema, há vagas para todos em todos os níveis, gratuitamente. Segundo Jáuregui,

[...] el Presidente quiere la gratuidad en todos los niveles, incluso el superior, y le impone el país una imagen según la cual va en serio lo del no pago de matrícula en preescolar, básica y media, porque tampoco las universidades van a caer en la tentación neoliberal de cobrar matrícula. Se ocupa el funcionariado del Ministerio de dejar en claro que el gobierno en 1999, iba en serio respecto a la gratuidad absoluta. (JÁUREGUI, 2006, p. 33).

A Lei Orgânica de Educação de 2009 (LOE/2009) explicita que a educação seja obrigatória e gratuita até a graduação. Esta é a referência norteadora da educação venezuelana na atualidade e, portanto, central, pois enquanto base

legal, define a orientação da educação, seus princípios e suas finalidades. Na LOE/2009, conforme o artigo 25, o sistema educativo está organizado da seguinte forma: 1) subsistema de educação básica, composta pelo nível de educação inicial (maternal e pré-escolar para crianças de 0-6 anos); nível de educação primária (compreende 6 anos de duração e conduz à obtenção do certificado de educação primária); e nível de educação média (geral, com duração de 5 anos; e técnica, com duração de 6 anos, sendo que ambas conduzem à obtenção de título correspondente); e 2) subsistema de educação universitária: nível de graduação e nível de pós-graduação. Por sua vez, segundo o disposto no artigo 26, são consideradas como modalidades de ensino: a educação especial, a educação de jovens e adultos/as, a educação em fronteira, a educação rural, a educação para as artes, a educação militar, a educação intercultural, a educação intercultural bilíngue e outras determinadas por regulamento ou por lei (VENEZUELA, 2009).

Face ao “Mapa Estratégico da Educação Bolivariana”, implementado em 2003, como mencionado, entende-se que a organização desse sistema, na LOE/2009, tem estreita relação com aquele. O presente sistema incorpora, na educação básica, o nível de educação inicial, maternal e pré-escolar, que atinge a infância. E entende-se *grosso modo* que segue a direção de oficializar o que seguia em caráter experimental e em paralelo na prática¹³. Reconhece as Missões Educativas como meio para garantir a universalização da educação: “El desarrollo institucional y óptimo funcionamiento de las misiones educativas para el acceso, la permanencia, prosecución y culminación de estudios de todas las personas, con el objeto de garantizar la universalización del derecho a la educación” (VENEZUELA, 2009, p. 17).

Além disso, a referida Lei, no artigo 5º, introduz a noção de Estado docente, que não se encontra na carta magna: “[...] expresión rectora del Estado en Educación, en cumplimiento de su función indeclinable y de máximo interés como derecho humano universal y deber social fundamental, inalienable, irrenunciable, y como

¹³ O paralelismo de instituições, que são criadas pelo governo, tais como as Missões Sociais, atingindo distintas problemáticas, são formas de minar as instituições oficiais já existentes.

servicio público que se materializa en las políticas educativas.” (VENEZUELA, 2009, p. 4).

Essa noção não é recente:

[...] la rectoria del estado, en la educación, hace un tema históricamente debatido en Venezuela, desde la década del cuarenta en adelante, ese tema es un tema debatido porque siempre los grupos opositores, fundamentalmente la derecha y la iglesia católica, han estado en contra de la rectoria del estado en educación porque lógicamente quieren que la rectoria del estado esté en manos privadas o en manos de la iglesia. (CASTELLANO, 2010, p. 4).

A definição de Estado docente está fundamentada em Figueroa (2006a):

El Estado interviene, por derecho propio en la organización de la educación del país, y orienta, según su doctrina política, esa educación. Depende la orientación de una escuela de la orientación política del Estado [...] En efecto, en toda sociedad la educación sirve a elevados fines sociales, pero no le corresponde fijar autónomamente sus propias metas. Obedece su orientación a la sociedad donde actúa. Es la clase social que dirige el Estado y para cuyo servicio actúa éste la que orienta la educación. (FIGUEROA, 2006a, p. 27-28).

Essa compreensão está ancorada na conhecida passagem de Marx, na qual se afirma que, na democracia burguesa, quem controla os meios de produção impõe seu critério de classe sobre o resto da população: “Los pensamientos de la clase dominante constituyen en todas las épocas los pensamientos predominantes, es decir, la clase que constituye el poder material dominante de la sociedad, constituye al mismo tiempo su poder intelectual predominante.” (MARX apud FIGUEROA, 2006a, p. 28). Parece, no entanto, incorreto afirmar que é a classe dominante que está governando o Estado na Venezuela bolivariana. Há um movimento popular, tensões de classe e indução de mudanças, ligadas à orientação política dos governos Chávez.

Figueroa também recupera Lênin:

Cuando más culto era el Estado burgués, más sutilmente mentía al declarar que la

escuela podía mantenerse por encima de la política y servir a la sociedad en conjunto. La realidad de los hechos es que la escuela fue invertida en nada menos que un instrumento del régimen de clases de la burguesía. Su propósito era proveer a los capitalistas de lacayos obedientes y de inteligentes trabajadores... Públicamente declaramos que la escuela divorciada de la vida y la política es una mentira y una hipocresía. (LENIN apud FIGUEROA, 2006a, p. 29).

Por definição constitucional, o Estado venezuelano é democrático e social, de direito e de justiça e, conforme essa definição, todos têm direito à educação (VENEZUELA, 2000). Não é incompatível com o conceito de Estado Docente, ao contrário, vai ao seu encontro.

A educação é, para Figueroa (2006a, p. 38), “[...] un fenómeno colectivo, y, como tal, está regido por las normas fijadas por el grupo social. Se expresa como una necesidad de la totalidad; y es por ello que el Estado determina los medios para satisfacerla”. Além disso, para Figueroa (2006a, p. 47-48), a educação “[...] mira al porvenir. La formación educacional responde a un concepto general del ciudadano que el Estado se forja” e “es porque el Estado, la colectividad, le asigna a la educación carácter de acto público, en el cual va comprometida su propia estabilidad”. Nesse sentido, a intervenção do Estado na educação se relaciona diretamente com sua permanência e estabilidade como organização (FIGUEROA, 2006b). E, portanto, articula-se com a orientação política do próprio Estado, definida na Constituição.

Logo, o Estado toma para si a responsabilidade da educação, no propósito de cumprir o que já estava disposto na Constituição, que, no Título III “Dos derechos humanos e garantías e dos deberes”, capítulo VI “Dos derechos culturales e educativos”, artigo 102, explicita que “La educación es un derecho humano y un deber social fundamental, es democrática, gratuita y obligatoria. El Estado la asumirá como función indeclinable y de máximo interés en todos sus niveles y modalidades [...]” (VENEZUELA, 2000, p. 92).

A LOE/2009, no artigo 14, reitera o que está disposto na Constituição. O Estado, ao assumir a educação como função de máximo interesse, dispõe o significado estratégico e prioritário dela nos planos, nas políticas, nos projetos e nos

programas, tanto referentes à educação formal como não formal, nos programas de estudo, no planejamento, na supervisão e administração, no financiamento e em outras atividades estatais. No artigo 6º da LOE/2009, que trata das competências do Estado Docente, definem-se as garantias atribuídas, tal como “La gratuidad de la educación en todos los centros e instituciones educativas oficiales hasta el pregrado universitario”, o que regula, supervisiona e controla, por exemplo, “El obligatorio cumplimiento de la educación en la doctrina de nuestro Libertador Simón Bolívar, el idioma castellano, la historia y la geografía de Venezuela” (VENEZUELA, 2009, p. 5-6). Além disso, são definidos: o planejamento, a execução, a coordenação de políticas e programas, entre outros aspectos.

Alguns dados quantitativos da educação nos governos Chávez podem ser apreendidos na apresentação de *Memoria y Cuenta 2010*, um informe que realiza um balanço nas diversas áreas: sociais, políticas e econômicas do país. Nessa ocasião, a ministra do Poder Popular para a Educação, Maryann Hanson Flores, salientou que, com a aplicação de políticas sociais de inclusão, a matrícula escolar foi incrementada em 24% em todas as etapas, níveis e modalidades do sistema educativo. No quadro que segue, são apresentados os percentuais de cobertura por nível educativo, comparativo entre os anos letivos de 1997-1998 e 2009-2010, foco do informe.

QUADRO 1 – COBERTURA EDUCATIVA POR NÍVEL

Nível	Ano letivo	
	1997-1998	2009-2010
Educação Inicial	43%	71%
Educação Primária	89,7%*	93%**
Educação Secundária	48%	72%
Educação Superior	21,8%***	83%****

Fonte: Portal Educativo Nacional (2011)¹⁴

* Dado do período 1998-1999 coletado de Venezuela (2008).

** Correspondente à taxa neta (SISOV, 2011).

*** Para os anos 1998-1999 (VENEZUELA, 2008).

¹⁴ No informe, não constam dados da educação básica e universitária (nomenclatura atual).

**** Referente à taxa bruta de matrícula. Conforme dados divulgados pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), a Venezuela ocuparia o 5º lugar mundial e o 2º na América Latina, com taxa de cerca de 2,5 vezes a média regional, que é de 34% (AVN, 2010).

Na época referida no quadro, o recurso público em educação como porcentagem do PIB era de 4,87 em 1999 e, em 2008, 6,34 (SISOV, 2011). Além do incremento na cobertura educativa, a ministra salientou que, em 2010, 92% de alunos em idade escolar não abandonaram os estudos, tendo sido registrado apenas 2% de deserção. No quadro abaixo, estão dispostos dados relacionados a esse aspecto:

QUADRO 2 – TAXA DE ABANDONO, REPETÊNCIA E PROSSEGUIMENTO POR NÍVEL EDUCATIVO

Taxa	Educação Primária		Educação Secundária	
	Ano letivo		Ano letivo	
	1998-1999	2007-2008	1998-1999	2007-2008
Abandono	12%	8,2	2,5	1,7
Repetência	6,8	3,5	11,2	4,9
Prosseguimento	90,7	94,8	76,8	86,9

Fonte: SISOV (2011)

Dentre as medidas adotadas que favoreceram a redução das taxas de abandono e repetência e obtenção de taxas mais elevadas de prosseguimento educativo, a ministra destacou a proibição da cobrança da matrícula, o uso do texto único, o programa de alimentação escolar, a eliminação do uso de uniforme, a construção de mais de 4 mil escolas no país e o desenvolvimento do programa Canaima, voltado ao acesso digital.

Também é importante notar que o aspecto da política social como antídoto para compensar o caráter antissocial da economia, ao que parece, está se invertendo. É o que demonstra o gasto do PIB em políticas sociais. Não obstante a crise econômica capitalista do final de 2008, que atinge grande parte dos países do mundo, o investimento social, dirigido à redução da pobreza e à melhoria da qualidade de vida dos venezuelanos, representaria 45,7% do orçamento nacional para o ano fiscal de 2010. Desse total, 18% são destinados à educação, 8,7% à saúde, 12% ao desenvolvimento social e participação social, entre outros, como seguridade social, cultura,

comunicação, ciência e tecnologia, o que permite um melhor IDH e distribuição da riqueza. Em 2005, o investimento público social, como porcentagem do investimento total, foi de 57,7%; em 2006, 54,9%; em 2007, 60%; e em 2008, 58% (VTV, 2009; SISOV, 2011).

Conforme Muñoz, Morales e Díaz (2007, p. 2), “El Estado venezolano a través de sus políticas públicas manifiesta como objetivo alcanzar la justicia social basada en la inclusión social, para disfrutar los derechos, disminuyendo las inequidades y priorizando necesidades sociales”. No caso da educação, como um instrumento fundamental para alcançar os fins do Estado,

Las reformas educativas que se están implementando en Venezuela se inclinan entre la universalización del conocimiento, la identidad cultural y la búsqueda de una mayor equidad social. Igualmente, en los sistemas educativos se ha incorporado la educación en valores en los currículum [...]. (MUÑOZ; MORALES; DÍAZ, 2007, p. 10).

O Sistema Educativo Bolivariano se constitui, então, como o “conjunto de elementos estructurados e integrados entre sí, orientado de acuerdo con las etapas del desarrollo humano que tiene como finalidad garantizar los servicios educativos a toda la población venezolana”, sob a direção do Ministério do Poder Popular para a Educação (MPPE) (VENEZUELA, 2007b, p. 5).

Entendemos que a constituição de um sistema educativo demanda determinadas condições materiais e políticas, bem como uma mentalidade pedagógica que sustenta tal projeto, ou seja, deve haver correlação entre a forma e o conteúdo das ideias educacionais, já que articula uma concepção de homem, de mundo, de vida e de sociedade que se relaciona com a questão educacional, enuncia valores que o orientam e as finalidades preconizadas, sobre os quais se definem os critérios de ordenação dos elementos que integram o processo educativo. A organização de uma mentalidade pedagógica ocorre a partir das posições ocupadas pelas diferentes forças sociais. No caso dos governos Chávez, essa mentalidade pedagógica procura estruturar-se de forma distinta das políticas educacionais de cunho neoliberal e propiciar o acesso às massas historicamente excluídas, seja pela educação

escolar ou pelas *Missões Educativas*. Configura-se, pois, a política educacional atual.

A política educacional na Venezuela bolivariana é parte das políticas sociais, estando a questão social recortada em problemáticas distintas (educação, seguridade, saúde, habitação etc.), foco das políticas sociais. Sobre seu processo de formulação, implementação e avaliação, é possível que esteja relacionado ao entendimento de Barros (2007a, p. 38): “A característica mais peculiar do processo bolivariano é que a construção das políticas econômicas e sociais ocorre durante o processo, desprendidas de modelos econômicos, políticos ou ideológicos pré-existent”; logo, “o sistema é criado a cada momento”, pois “há um Estado construído e controlado”.

Podemos, assim, pensar porque, dado o processo em curso desde 1999, segundo Barros (2007a, 2007b), a experiência bolivariana na Venezuela pode ser considerada como a primeira ruptura de um governo sul-americano, com as diretrizes do Consenso de Washington. Quando Chávez ocupou a presidência, a partir de 1999, nenhum outro presidente da região demonstrava simpatia com as políticas chavistas que então se seguiriam. Esse quadro pôde ser revertido, pois, a partir de 2006, há uma mudança considerável, dada pelo fracasso da aplicação da agenda neoliberal na América Latina, refletida, em diferentes medidas, pelas situações de novos governos nos países da região, que procuram reconstruir Estados que foram comprometidos entre 1980 e 1990. Essa reconstrução passou a ocorrer em distintos âmbitos: econômico, político, social, cultural e, também, educacional, pois, como visto anteriormente, a educação venezuelana, de forma mediada, ocorreu no âmbito de incidência das políticas neoliberais, ocasionando resultados nefastos que demandaram ações efetivas.

Vale, porém, salientar que esse quadro favorável somente será mantido se houver pressão da sociedade, tencionando os governos. Historicamente, bem se sabe que a burguesia, na correlação de forças, estabeleceu as políticas que lhe são convenientes, a fim de continuar com suas estratégias para a reprodução do modo de produção capitalista e, nessa tensão de classes, o resultado alcançado pela e para a classe trabalhadora, em última instância, é o que está nos seus limites, afinal, na lógica de funcionamento capitalista, isso não poderia ser diferente. Se,

contudo, não houver tensão da classe trabalhadora, na luta para superar as contradições imperantes dessa sociedade, não se avança para lugar algum. Então as políticas sociais podem ser um campo de possibilidades, que precisa ser entendido como resultado das contradições dessa forma de produzir a vida. No caso venezuelano, para além das tensões de classe, o Estado intervém e atua na mudança e, por isso, tem possibilitado políticas sociais, com investimentos diretos da PDVSA, por exemplo, cuja dimensão parece não ter comparação com outros países da América Latina. As Missões Sociais, como Políticas Sociais massivas que atingem problemáticas diversas e nova forma de gestão pública, assim como a educação escolar do Sistema Educativo Bolivariano, como Política Educacional, são parte dessa intervenção e atuação estatal na mudança.

Há uma nova institucionalidade na gestão estatal à medida que avança a transição iniciada em 1999. Dentre as figuras em gestação, que repensam a arquitetura do Estado venezuelano, estão os Conselhos Comunais e as assembleias de cidadãos, “[...] que potencializaram a construção de identidades e âmbitos de aprendizagens participativas, que neutralizaram as debilidades da cultura política dos segmentos sociais irrompidos na cena com a revolta dos subúrbios pobres de Caracas em 1989” (CASANOVA, 2009, p. 64)¹⁵.

Para o referido autor, “[...] os conselhos comunais e, dentro deles, as assembleias de cidadãos, constituem parte decisiva do alicerce da nova institucionalidade pública”, já que “na essência, é um tipo de instituição pública organizada em comitês de trabalho” (CASANOVA, 2009, p. 71). As assembleias de cidadãos são instâncias políticas de direção dos conselhos comunais, que decidem sobre os projetos do plano de desenvolvimento

comunitário, aprovam os recursos orçamentários, determinam a constituição de núcleos endógenos de desenvolvimento, promovem alianças com outros conselhos e se encarregam das relações com os governos municipal, estadual e central da administração. “No entanto, até agora têm-se revelado extremamente vulneráveis, uma vez que vêm sendo corroídas no interior da dinâmica organizativa, que assimila antigas práticas burocráticas clientelistas” (VENEZUELA apud CASANOVA, 2009, p. 71).

Cabe ter presente o papel produtor e organizador social do Estado venezuelano, já que é no espaço do Estado que “[...] condensam-se as iniciativas de reconstrução do poder. Sendo assim, talvez o campo das políticas sociais seja um dos que melhor nos pode falar das intenções que marcam as tensões que se sucedem na construção de tal contrato nacional popular” (CASANOVA, 2009, p. 65). O autor também aponta, dentre as figuras que materializam a nova institucionalidade democrática de gestão do Estado, as Missões, que fazem da gestão das políticas sociais meios de reconstrução do espaço público e formas de participação social que apontam para a gestão cooperativa:

No contexto empírico dos condicionantes de um Estado frágil e uma sociedade política deslegitimada, o Estado é pensado como o motor de um impulso de organização da sociedade subalterna, mas cujo ponto vulnerável é a herança burocrática, da qual é muito difícil que se possa desprender e que, na essência, contraria não só a idéias de uma redistribuição do poder estatal à sociedade, mas também a direção política do projeto [...] Nesse cenário [...] a tarefa de ‘organizar o povo’ é uma aposta de vida ou morte. É nessa direção que interpretamos uma instância transitória de gestão: as missões. Nem mais nem menos que mecanismos para neutralizar o aparato e avançar na materialização das novas figuras [...] deixam entrever um tipo de conflito desencadeado pela redistribuição de poder. (CASANOVA, 2009, p. 70).

No que tange às Missões, cada uma delas “[...] representa una acción social e política puntual, que se lleva a cabo fuera de la estructura burocrática tradicional del Estado burgués”

¹⁵ Em reação às medidas de ajuste, o aumento do preço da gasolina e da passagem do transporte público, o aumento dos produtos que compunham a cesta básica e como sintoma da degradação das condições de vida, teve início, em Caracas, em 27 de fevereiro de 1989, um levante popular que se estendeu para outras 19 cidades do país, conhecido como *El Caracazo* (NORDEN, 2003). Como resposta, o governo federal suspendeu as garantias institucionais, convocou os militares para reprimir o povo e institucionalizou o toque de recolher. O *Caracazo* “[...] se convirtió en símbolo permanente de la resistencia de los venezolanos a las reformas neoliberales” (ROBERTS, 2003, p. 85). Esse levante agudizou as tensões sociais e durou até 5 de março, quando o exército foi chamado para controlar a revolta.

(OBEDIENTE, 2008, p. 119). Conforme Rocha (2009), as Missões

[...] constituem um dos principais processos sócio-políticos do novo Estado Bolivariano que aos poucos se descortina, caracterizando uma importante trincheira de mobilização por uma luta segmentada em duas frentes principais: uma luta material pela superação de um passado de desigualdades, como também de uma luta simbólica por outra identidade nacional, relacionada à nossa própria história de povo latino-americano, ao ideal bolivariano de libertação, considerando a transformação cultural necessária ao projeto revolucionário em curso na sociedade venezuelana. (ROCHA, 2009, p. 144).

A política social implementada por meio das Missões tem papel crucial na construção da nova sociedade: “Su propósito fundamental es enfrentar las causas y consecuencias de la pobreza y la exclusión, con la participación protagónica del pueblo” (VENEZUELA, 2006b, p. 7).

As Missões “[...] são expressão da demanda popular por um modo radicalmente democrático e especialmente original de fazer política social pública”. Nesse projeto, as políticas sociais “[...] almejam formar um enredado que pretende tanto responder às necessidades sociais das massas, como também recuperar o caráter nacional e popular de um processo político que se propõe genuinamente latino-americano” (ROCHA, 2009, p. 147). Sendo assim,

Estas nuevas políticas participativas responden al llamado robinsoniano (“o inventamos o erramos”) para buscar nuestro propio camino en la organización de la sociedad democrática, en base a nuestros propios valores y requerimientos y sin copiar modelos externos. El Estado liberal capitalista de los países latinoamericanos responde a modelos importados, que poco tienen que ver con nuestras realidades como pueblos. Las Misiones se orientan a transcender esse modelo copiado [...]. (VENEZUELA, 2006b, p. 25).

Casanova (2007), tratando de política educacional venezuelana, explicita que não podemos dizer que são ações focalizadas, pois

El propósito que la nutre es el de cerrar las profundas diferencias en el manejo de los bienes educativos a través del acceso social abierto a todos los niveles de la organización escolar [...] Es el fundamento de la política, dirigida a favorecer condiciones de acceso, permanencia y promoción al conjunto de la población, lo que le otorga un alcance universalista. (CASANOVA, 2007, p. 65).

Essa política de inclusão social e econômica, conforme o Projeto Nacional Simón Bolívar – Primeiro Plano Socialista (PPS), entre 2007 e 2013, seria parte do sistema de planejamento, produção e distribuição orientado para o socialismo, já que, para alcançar a “suprema felicidade social”, enquanto diretriz do Plano, dever-se-ia promover a ética, a cultura e a educação libertadoras e solidárias. Para isso, são estratégias e políticas aprofundar a universalização da educação bolivariana: estender a cobertura da matrícula escolar a toda a população, com ênfase na população excluída; garantir a permanência e a consecução no sistema educativo; adequar o sistema educativo ao modelo socialista; desenvolver a educação intercultural bilíngue; massificar uma cultura que fortaleça a identidade nacional, latino-americana e caribenha; e fomentar a participação organizada do povo no planejamento da produção e socialização equitativa dos excedentes (VENEZUELA, 2007a).

Nas passagens acima, parece haver uma inferência do PPS atribuída à educação, ora como panaceia para substituir a pobreza, ora para a participação popular. No entanto, a educação não pode substituir as condições materiais de existência, condições objetivas e subjetivas de produção e reprodução da vida. A mesma inferência, em parte, está presente no entendimento de Cedeño (2008).

Conforme esse autor, a construção do poder popular, impulsionada pelo Estado mediante a incorporação de grupos sociais organizados na gestão pública, significa que “[...] las comunidades organizadas, en una estrecha imbricación entre el pueblo y el Estado, participan en la concepción, planificación, ejecución, control y evaluación de las políticas públicas” (CEDEÑO, 2008, p. 63). Nesse contexto, para o autor, a educação tem um papel determinante no impulso das transformações necessárias para superar o capitalismo e isso requer abolir o velho sistema

educativo, que historicamente esteve a serviço da legitimação das desigualdades, como reprodutor dos valores e projetos políticos, sociais, econômicos e culturais das minorias: “[...] la educación [...] ha de ser motor fundamental de las transformaciones, espacio para la creación del poder popular, y de las ideas y praxis en las que se funda la construcción del Socialismo del siglo XXI”.

De acordo com Casanova, Caraballo e Rama (2009), sumariamente, a política educacional venezuelana repousaria em um princípio programático para a sociedade e a educação: o “retorno” do público; num propósito normativo do rumo e dos resultados: a igualdade; numa visão da organização e do desempenho: a promoção do autogoverno; numa concepção de currículo: uma pedagogia para a autonomia moral; e num conceito da profissão do educador que lhe outorga importância em seu rol político:

En la actualidad la administración gubernamental viene comprometiéndose consistentemente en una política de igualdad que tiene por eje la profundización de la educación integral para la educación infantil, básica y media, teniendo por norte el derecho a la protección integral de calidad, el cual, además de la atención asistencial (salud, nutrición, legal, recreativa y cultural), le concede ahora en el diseño una presencia mayor a la educación propiamente dicha y más experimentación en las formas de prestación. (CASANOVA, 2008, p. 56).

Por conseguinte, conforme o referido autor, as políticas educacionais, os programas e as ações desenvolvidas pelo atual governo venezuelano voltam-se para a concretização de uma política igualitária. Dessa forma, entendemos que, pelo Sistema Educativo Bolivariano, incorpora-se o aprofundamento da educação integral – para a educação infantil, fundamental e média, respectivamente pelo Projeto Simoncito, pelas Escolas Bolivarianas e pelos Liceus Bolivarianos – com uma atenção assistencial em saúde, nutrição, recreação, cultural e legal. Não há dúvidas de que a escola – instituição fundamental para a sistematização e transmissão dos conhecimentos científicos produzidos pela humanidade – nos últimos tempos, pelas demandas da sociedade capitalista, para além do que lhe é específico, acabou dando conta de outras

funções e atribuições, serviços prestados pela escola além do acesso, condições de permanência e conclusão do ensino.

O desenho e a experiência nas novas formas de prestação do “serviço” educativo trouxeram consigo a mentalidade pedagógica bolivariana, isto é, a escola como espaço político de protagonismo popular, ainda que não isenta, também, da influência das orientações de organismos internacionais nas políticas. Isso revela e reafirma que a escola não tem caráter autônomo nem hegemônico em relação à sociedade e ao Estado onde concretamente está imbricada, já que, de forma mediada e contraditória, reproduz as relações sociais predominantes.

Com as evidências econômicas e sociais de que a sociedade venezuelana estaria em um processo de transição (de uma democracia representativa e clientelista para outra participativa e protagônica que objetiva a transição do modo de produção capitalista por meio da construção do socialismo dirigido pelo Estado), rompendo com algumas bases jurídico-políticas das leis do mercado capitalista e na contradição, esse Estado também promove a participação popular, mediante políticas, leis e financiamento. A escola, de forma mediatizada e com muitas contradições, tende a reproduzir essas relações sociais do projeto e das práticas políticas do Estado bolivariano dos governos Chávez.

No que cabe à educação, há ainda muito a avançar, a começar por uma transformação curricular, conforme a LOE/2009, o que, por sua vez, traria um argumento a mais para que a direita se arme contra o governo. É preciso avançar, mas a mudança educacional precisa se dar de fora para dentro da escola. Só dessa forma a educação pode contribuir para consolidar a mentalidade revolucionária no curso das circunstâncias concretas, alterando a forma de pensamento e negando o conservadorismo.

Referências

ARAQUE, Alí Rodríguez; ROJAS, Alberto Müller. Ideas socioeconómicas y políticas para debatir el socialismo venezolano. In: MAYA, Margarita López (Ed.). **Ideas para debatir el Socialismo del Siglo XXI**. Vol. II. Caracas, Venezuela: Editorial ALFA, 2007. p. 22-35.

AVN. **UNESCO**: Venezuela es el quinto país del mundo en tasa de matriculación universitaria. Caracas, 17 de septiembre

de 2010. Disponível em: <http://www.avn.info.ve/node/17962>. Acesso em: 23 set. 2010.

BARROS, Pedro Silva. Venezuela: mudanças e perspectivas – A razão chavista. In: BARROS, Pedro Silva; CARMO, Corival Alves; MONTEIRO, Leonardo Valente. **Venezuela: mudanças e perspectivas**. Prêmio América do Sul 2007. Brasília: Funag, 2007a. p. 57-115.

_____. **Governo Chávez e desenvolvimento: a política econômica em processo**. 2007. 167 f. Dissertação (Mestrado em Economia Política) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política, Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007b.

BONILLA-MOLINA, Luiz. **Historia breve de la educación en Venezuela**. Caracas: Ediciones Gato Negro, 2004.

BRICEÑO, Mercedes Pulido de. La Constitución de 1999 e los derechos sociales. In:

MAINGON, Thais (Coord.). **La cuestión social en la Constitución Bolivariana de Venezuela**. Caracas, CENDES-UCV: Editorial Torino, 2000. p. 15-28.

BUXTON, Julia. Política económica y ascenso de Hugo Chávez al poder. In: ELLNER, Steve; HELLINGER, Daniel. (Ed.). **La política venezolana en la época de Chávez: clases, polarización y conflicto**. Caracas: Consejo de Investigación de la Universidad de Oriente/Editorial Nueva Sociedad, 2003. p. 145-166.

CASANOVA, Ramón. **Para una cartografía de las ideas de la transición venezolana: conversaciones sobre proyecto nacional, Estado y política social**. Caracas: Ediciones FECS, 2007.

_____. **Desigualdad educativa, población y desarrollo**. Exploraciones para el escenario de la Venezuela de comienzos del siglo XXI. Caracas: Fondo de Población de las Naciones Unidas (UNFPA), 2008.

_____. Democracia e Políticas Sociais na transição venezuelana: entre o capitalismo assistencial e a democracia socialista. Trad. de Viviam Nálío Matias de Faria. In: BORGES, Liliam Faria Porto; MAZZUCO, Neiva Gallina (Org.). **Democracia e políticas sociais na América Latina**. São Paulo: Xamã, 2009. p. 61-75.

_____; CARABALLO, Darwin; RAMA, Verónica Carrodegua. **Escuela y cultura democrática: Aprendiendo valores en la educación inicial**. Caracas: Cendes, UCV, 2009.

CASTELLANO, Maria Egilda. **Entrevista concedida ao autor**. Caracas, 26 out. 2010.

CEDEÑO, Luis Acuña. Política de la República Bolivariana de Venezuela en materia educativa y los logros obtenidos. In: PARLATINO. Grupo Parlamentario Venezolano del Parlamento Latinoamericano. **VI Cumbre Social por la Unión Latinoamericana y Caribeña**. Por un nuevo contrato social, económico, cultural, ambiental y ético. Un desafío frente a la desigualdad, la exclusión, la crisis ambiental planetaria y la guerra. Tomo II. Caracas, Venezuela: Editorial Melvin, 2008. p. 61-65.

ELLNER, Steve. Introducción. En la búsqueda de explicaciones. In: ELLINGER, Daniel. (Ed.). **La política venezolana en la época de Chávez: clases, polarización y**

conflicto. Caracas: Consejo de Investigación de la Universidad de Oriente/Editorial Nueva Sociedad, 2003. p. 19-42.

FIGUEROA, Luis Beltrán Prieto. **El Estado docente**. Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2006a. (Colección Claves de América, n. 30).

_____. Democracia e educación. In: _____. **Principios Generales de la Educación**. Venezuela: Fondo Editorial IPASME, 2006b. Cap. XVI.

GAJARDO, Marcela. Reformas Educativas en América Latina. Balance de una década, **Preal**, Santiago de Chile, n. 15, p. 1-53, 2000.

GIORDANI, Jorge. A. C. **La transición venezolana al socialismo**. Caracas: Vadell Hermanos Editores, 2009.

JÁUREGUI, Luis Bravo. **La educación en tiempos de Chávez**. Una revisión crítica y académicamente orientada del proceso de la educación nacional a partir de 1999. Venezuela: El Nacional, 2006. p. 7-84.

MAINGON, Thais. Presentación. La concepción de política social en la Constitución de la república Bolivariana de Venezuela. In: _____. **La cuestión social en la Constitución Bolivariana de Venezuela**. Caracas, CENDES-UCV: Editorial Torino, 2000. p. XI-XIII.

MUNDÓ, Mabel. El derecho a la educación en las Constituciones de 1999 e 1961: reflexiones sobre principios, recursos y aprendizajes para la elaboración de la política educativa. In: MAINGON, Thais (Coord.). **La cuestión social en la Constitución Bolivariana de Venezuela**. Caracas, CENDES-UCV: Editorial Torino, 2000. p. 47-73.

MUÑOZ, Ingrid Karina Núñez; MORALES, Eduviges; DÍAZ, Irene. El replanteamiento de las políticas educativas en Venezuela. **Gaceta Laboral**, v. 13, n. 3, 2007. Disponível em: http://www.scielo.org.ve/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1315-85972007000300004&lng=es&nrm=iso&tlng=es. Acesso em: 24 maio 2010.

NOGUEIRA, Francis Mary Guimarães; RIZZOTTO, Maria Lucia Frizon. Democratização da educação escolar: as Missões Robinson, Ribas e Sucre e o Estado venezuelano inscrito na Constituição de 1999. In: BORGES, Liliam Faria Porto; MAZZUCO, Neiva Gallina (Org.). **Democracia e políticas sociais na América Latina**. São Paulo: Xamã, 2009. p. 105-120.

NORDEN, Deborah L. La democracia en uniforme: Chávez y las fuerzas armadas. In: ELLNER, Steve.; HELLINGER, Daniel. (Ed.). **La política venezolana en la época de Chávez: clases, polarización y conflicto**. Caracas: Consejo de Investigación de la Universidad de Oriente/Editorial Nueva Sociedad, 2003. p. 121-143.

OBEDIENTE, Mario Sanoja. **El humanismo socialista venezolano del siglo XXI: notas para el debate**. Caracas: Monte Ávila Editores Latinoamericana, 2008.

OSZLAK, Oscar. De menor a mejor. El desafío de la segunda reforma del Estado. **Revista Nueva Sociedad**, Caracas: Fundación Friedrich Ebert, n. 160, p. 1-18, 1999.

PORTAL EDUCATIVO NACIONAL. Ministra del Poder Popular Para la Educación presenta logros y avances en

materia educativa, ante diputados y el pueblo. Venezuela, 11 de febrero de 2011. Disponível em: <http://www.portaleducativo.edu.ve/index.php?option=com_content&task=view&id=1311&Itemid=91>. Acesso em: 01 fev. 2011.

RATJES, Rubén Reinoso. **Cambio en la Escuela Currículo**. Venezuela: CIM, 2009.

RIZZOTTO, Maria Lúcia Frizon. **A formação de profissionais de saúde no âmbito do Projeto Revolucionário Bolivariano na Venezuela**. Relatório de Pós-Doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007. p. 1-60.

ROBERTS, Kenneth. Polarización social y resurgimiento del populismo en Venezuela. In: ELLNER, Steve; HELLINGER, Daniel. (Ed.). **La política venezolana en la época de Chávez: clases, polarización y conflicto**. Caracas: Consejo de Investigación de la Universidad de Oriente/Editorial Nueva Sociedad, 2003. p. 75-95.

ROCHA, Mirella Farias. **Participação Popular nas Políticas Socioassistenciais na América Latina**: Estudo comparativo entre Brasil e Venezuela. 2009. 250 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

SAES, Décio Azevedo Marques de. Educação e socialismo. In: NETO, Benedito Moraes; GALVÃO, Andréia (Org.). **Marxismo e socialismo no século XXI**. Campinas, UNICAMP/IFCH: Xamã, 2005. p. 29-40

SISOV. Sistema Integrado de Indicadores Sociales de Venezuela. **Educación**. Disponível em: <<http://www.sisov.mpd.gob.ve/indicadores/>>. Acesso em: 26 fev. 2011.

SODRÉ, Nelson Werneck. Autópsia do neoliberalismo. In: _____. **A Farsa do Neoliberalismo**. 4. ed. Rio de Janeiro: Graphia, 1997. (Temas e reflexões; 2). p. 78-98.

SOLIS, Luis Rubilar. **La revolución bolivariana y la educación en Venezuela**. Santiago, Chile: UMCE, 2005. Disponível em: <http://www.umce.cl/luruso/la_revolucion_bolivariana_educacion_venezuela.doc>. Acesso em: 28 maio 2010.

VENEZUELA, República Bolivariana de. Constitución de la República Bolivariana de Venezuela. **Gaceta Oficial**, n. 5453E, 365 f., 4 mar. 2000.

_____. **Líneas Generales del Plan de Desarrollo Económico y Social de la Nación 2001-2007**: Venezuela

construye su camino en transición hacia la revolución bolivariana. Caracas: MPD, 2001. Disponível em: <<http://www.mpd.gob.ve/pdeysn/pdesn.pdf>>. Acesso em: 05 jul. 2009.

_____. Ministério da Comunicação e Informação. **A Educação bolivariana**. Trad. Valentina Figuera. Caracas: MCI, 2005. (Coleção Temas de Hoje).

_____. Ministerio de Educación y Deportes. **Escuelas Bolivarianas**: Avance cualitativo del proyecto. Venezuela: Grabados Nacionales, 2006a.

_____. Ministerio de Comunicación e Información. **Las Misiones Bolivarianas**. Caracas: MCI, 2006b. (Colección Temas de Hoy).

_____. **Proyecto Nacional Simón Bolívar – Primer Plan Socialista (PPS)**: Desarrollo Económico y Social de la Nación 2007-2013. Caracas, 2007a. Disponível em: <<http://www.gobiernoenlinea.ve/noticias-view/shareFile/PPSN.pdf>>. Acesso em: 05 jul. 2009.

_____. **Sistema Educativo Bolivariano**. Caracas, ago. 2007b.

_____. Ministerio del Poder Popular para la Educación. **Diseño Curricular del Sistema Educativo Bolivariano**. Caracas: Fundación Imprenta Ministerio del Poder Popular para la Cultura, 2007c.

_____. Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y La Información. **No es poca cosa 10 años de logros del Gobierno Bolivariano**. Caracas, 2008.

_____. Asamblea Nacional. **Ley Orgánica de Educación**. Caracas: Asamblea Nacional, 2009.

_____. **Estructura del Estado**. 2010. Disponível em: <http://www.gobiernoenlinea.ve/estructura_edo/estructura_edo.html>. Acesso em: 25 mar. 2010.

VTV. **45,7% para la inversión social destina Presupuesto Nacional 2010**. 2009. Disponível em: <<http://www.vtv.gov.ve/noticias-econ%C3%B3micas/25139>>. Acesso em: 12 mar. 2011.

WILHELM, Vandiana Borba. **Estudo comparado da política de educação especial no Brasil e na Venezuela**: uma análise a partir da emergência do neoliberalismo. 2010. 203 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2010.